



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Licenciamento Único de Ambiente

**Regimes jurídicos de Avaliação de Impacte Ambiental
(AIA 3355) e de Prevenção e Controlo Integrado da
Poluição (PL20200608000820)**

Projeto “Atualização das Capacidades Instaladas da ALIMINA”

Fevereiro de 2021

Título: Relatório de Consulta Pública
Licenciamento Único de Ambiente
Projeto "Atualização das Capacidades Instaladas da
ALMINA"

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: Fevereiro de 2021

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA.....	3
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	3
4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	4
5. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4
6. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

ANEXO I

- Exposições recebidas

ANEXO II

- Lista entidades

1. INTRODUÇÃO

Procedeu-se à Consulta Pública do Projeto “Atualização das Capacidades Instaladas da ALMINA” no âmbito dos procedimentos de:

- Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em cumprimento do disposto no artigo 28º e seguintes do Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo DL 152-B/2017, de 11 de dezembro;
- Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (PCIP), por se tratar de uma alteração substancial da instalação, em cumprimento do disposto no artigo 39º e Anexo IV do Decreto-lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

O proponente do Projeto é a Empresa ALMINA, Minas do Alentejo, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto, decorreu durante 30 dias úteis, de 15 de Dezembro de 2020 a 27 de Janeiro de 2021.

3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

Foram disponibilizados para Consulta os seguintes documentos:

- O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) e incluindo o respetivo Resumo Não Técnico.
- O Formulário PCIP incluindo as matérias previstas no n.º 1 do artigo 35º do Decreto-lei n.º 127/2013, de 30 de agosto e o respetivo resumo.

Toda a documentação referente a este Projeto, foi disponibilizada para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Câmara Municipal de Aljustrel.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da documentação do Projeto foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR do Alentejo e Câmara Municipal de Aljustrel;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

5. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da Consulta Pública foram recebidas 3 exposições com a seguinte proveniência:

- Estado Maior da Força Aérea (EMFA).
- 2 Cidadãos.

6. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

O Estado Maior da Força Aérea (EMFA) informa que a área de intervenção do projeto não de encontra abrangida por qualquer Servidão de unidades afetas à Força Aérea Portuguesa pelo que há inconveniente na sua concretização.

O Cidadão, Eduardo Ferreira tece alguns comentários e coloca algumas questões, nomeadamente, sobre os Recursos Hídricos e Transportes, que se listam:

Recursos Hídricos:

As análises a poluentes na Ribeira do Roxo e afluentes apresentadas datam quase todas de 2013 e outras de 2016. As paragens da mina em datas anteriores terão determinado valores diferentes de uma realidade mais próxima.

- Pode-se confiar nestes dados? E são benévolos as interpretações dos resultados: minimizam impactos de poluentes como o cobre e o zinco para realçar o papel de fitofármacos e transpõem grande parte da responsabilidade da degradação da mesma ribeira para a ocupação do domínio público e das margens e a captação de água (ambas ilegais e não fiscalizadas);
- Os pontos de recolha para análises não contemplam um dos pontos mais críticos (a confluência da Ribeira das Águas Fortes com a do Roxo);

- A leitura dos dados sobre a Ribeira das Águas Fortes é benevolente, como se fosse descartada a sua situação catastrófica. É mais ilustrativo ver as imagens Google desde a confluência com o Roxo até à BAI: águas vermelhas e amarelas, margens de aspeto lunar.
- Se a BAI não tem feito descargas e só fará em catástrofe, o que se continua a passar?
- De que valerá fazer agora remediação de um troço da Ribeira do Roxo, por contrato entre a administração central e a autarquia, se a das Águas Fortes continua a arrastar aquele grau de poluição?

Transportes:

O estudo analisou percursos do tráfego rodoviário. Eles são feitos por empresa contratada.

- Será que os camiões seguem mesmo pela EN261 em direção à A2?
- Ou viram para Rio de Moinhos, pela estrada municipal, atravessando a aldeia e tocando noutra, até à 383 e depois até à 259?
- Ou partem logo de Aljustrel pela 383? São camiões que ocupam mais que a faixa de circulação e muitas vezes se apresentam com condução agressiva.
- A segurança não pode deixar de ser assumido pela empresa, mesmo fora dos seus portões, porque é da sua responsabilidade.

O Cidadão, Júlio Santos menciona com conhecimento de causa o quanto a Mina de Aljustrel ajuda a dinamizar economicamente aquela Vila. Refere, ainda, que num País com um decrescimento demográfico tão acentuado que se traduz num envelhecimento grande da população, este fator socioeconómico é uma mais-valia, bem como este projeto industrial, possibilita, o desenvolvimento económico do País.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Projeto "Atualização das Capacidades Instaladas da ALMINA"

Cristina Sobrinho

Cristina Sobrinho

ANEXO I

Exposições Recebidas



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
FORÇA AÉREA

Gabinete do Chefe do Estado-Maior

Em resposta

refira: 15 JAN.2021*000452

P.º: 45/21

Para: Exmo. Presidente do Conselho Diretivo da APA
rp@apambiente.pt

Assunto: **PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS CAPACIDADES INSTALADAS DA**
ALMINA - AIA 3353 - CONSULTA PÚBLICA
(DI 60.310/20 IDP 109355)

Ref.ª: V/ Ofício n.º S070887-202012-DCOM.DCA, de 14 de dezembro de 2020

Exmo. Sr. Presidente,

Relativamente ao assunto em epígrafe, e face aos elementos que nos foram submetidos a apreciação a coberto do ofício em referência, em que a empresa ALMINA, Minas do Alentejo, S.A. solicita autorização sobre a atualização das capacidades instaladas da Almina, sita na união das freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos, concelho de Aljustrel, encarrega-me S. Ex.ª o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de informar V. Ex.ª que o projeto em questão não se encontra abrangido por qualquer Servidão de Unidades afetas à Força Aérea, pelo que, é autorizado.

Com os melhores cumprimentos

e considero,

✓

O CHEFE DO GABINETE

Rui José dos Santos P. P. de Freitas
Major-General Piloto Aviador

[Handwritten signature]
12



Dados da consulta

Nome resumido	Atualização das Capacidades instaladas da ALMINA
Nome completo	Atualização das Capacidades instaladas da ALMINA
Descrição	Projeto sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental e Licenciamento Ambiental.
Período de consulta	2020-12-15 - 2021-01-27
Data de início da avaliação	2021-01-28
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Licenciamento Único de Ambiente
Sub-tipologia	
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	ALMINA - Minas do Alentejo S.A.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	
Técnico	Cristina Sobrinho

Eventos

Documentos da consulta

Estudo
de
Impact
e
Ambie
ntal -
Relatór
io
Síntese

Docum https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3355/eia_2020_almina_junho2020202012141
ento 6540.pdf

Estudo
de
Impact
e
Ambie
ntal -
Resum
o Não

Docum https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3355/resumo%20n%C3%A3o%20t%C3%A9cnico_almina_integrado_nov202020201214165332.pdf

Técnico

Outros documentos

Documento

<https://siaia.apambiente.pt/AIA.aspx?ID=3355>

Relatório Base

PCIP -

Licenciamento

o

Ambiental

Documento https://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA3355/relatorio%20base_almina_junho202020201214183934.pdf

Participações

ID 39496 Eduarda Ferreira em 2021-01-27

Comentário:

Sobre Recursos Hídricos e Transportes 1- As análises a poluentes na Ribeira do Roxo e afluentes datam quase todas de 2013 e outras de 2016. As paragens da mina em datas anteriores terão determinado valores diferentes de uma realidade mais próxima. Pode-se confiar neles? E são benévolas as interpretações dos resultados: minimizam impactos de poluentes como o cobre e o zinco para realçar o papel de fitofármacos e transpõem grande parte da responsabilidade da degradação da mesma ribeira para a ocupação do domínio público e das margens e a captação de água (ambas ilegais e não fiscalizadas). 2- Os pontos de recolha para análises não contemplam um dos pontos mais críticos (a confluência da Ribeira das Águas Fortes com a do Roxo). Usa-se a leitura de análises já do Rio Sado, após a confluência de outra ribeira para amenizar o cômputo dos impactos. Sugere-se que barrancos afluentes do Roxo de fluxo sazonal, pedregosos e ocupados por silvas são destinatários admissíveis de descargas pelo pouco valor ambiental que já teriam. 3- A leitura dos dados sobre a Ribeira das Águas Fortes é benevolente, como se fosse descartada a sua situação catastrófica. É mais ilustrativo ver as imagens Google desde a confluência com o Roxo até à BAI: águas vermelhas e amarelas, margens de aspecto lunar. Se a BAI não tem feito descargas e só fará em catástrofe, o que se continua a passar? E que foi feito do projecto de há uns anos, dotado de milhões, para remediação ambiental? E de que valerá fazer agora remediação de um troço da Ribeira do Roxo, por contrato entre a administração central e a autarquia, se a das Águas Fortes continua a arrastar aquele grau de poluição? 4- No caso dos transportes, o estudo analisou percursos das cargas. Eles são feitos por empresa contratada. Mas, será que os camiões seguem mesmo pela EN261 em direcção à A2? Ou viram para Rio de Moinhos, pela estrada municipal, atravessando a aldeia e tocando noutra, até à 383 e depois até à 259. Ou partem logo de Aljustrel pela 383? São camiões que ocupam mais que a faixa de circulação e muitas vezes se apresentam com condução agressiva. As populações queixam-se disso e eu já tive a má experiência de ser "empurrada" para uma vala para evitar sofrer um abalroamento. Este item de segurança não pode deixar de ser assumido pela empresa, mesmo fora dos seus

portões, porque é da sua responsabilidade, mesmo que não conte para os sinistros laborais.
Fim

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Geral

Classificação:

Observações do técnico:

ID 39427 Júlio Santos em 2021-01-25

Comentário:

Boa Tarde, Só quem já morou em Aljustrel percebe com profundo conhecimento de causa o quanto a mina de Aljustrel ajuda a dinamizar economicamente aquela vila. Desde alojamentos, restaurantes, fornecedores de serviços, é um bálsamo ver o rodopio de licenciados (geólogos e engenheiros de minas) que semanalmente apanham autocarros, comboios e boleias para vir passar as suas folgas a Lisboa ou ao Norte do país. Espero que a Mina de Aljustrel possa a médio prazo evoluir para uma estrutura empresarial semelhante à SOMINCOR, que consiga continuar a investir em Prospeção e Pesquisa de novos jazigos próximos de Feitais e do Moínho que sirvam para alimentar a Lavaria de forma ininterrupta quando os jazigos conhecidos se tornarem obsoletos em quantidade e qualidade. É uma das actuais minas portuguesas em funcionamento e a julgar pelas recentes notícias em termos de Natalidade, o concelho de Aljustrel voltou, em 2019, a ter a segunda maior Taxa de Fecundidade Geral do País. Recorde-se que, tal como em 2017, só Lisboa apresenta números mais elevados. Esta prova inequívoca vem relembrar que Aljustrel não oferece apenas trabalho aos jovens funcionários mas oferece estabilidade para que as jovens famílias se fixem neste concelho, sejam elas das redondezas ou das cidades do Litoral. Num país como um decrescimento demográfico tão acentuado que se traduz num envelhecimento da população, este factor socio-económico é uma mais valia, não só mas também, deste projecto industrial de cariz mineiro. Espero ver em breve mais projectos mineiros como o de Aljustrel pelo país, Portugal precisa rapidamente de assentar a sua economia no sector primário. Melhores cumprimentos, Júlio Santos

Anexos: Não

Estado: Tratada

Tipologia: Concordância

Classificação:

Observações do técnico:

ANEXO II

Lista Entidades

LISTA DE ENTIDADES

União de Freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos

Autoridade Nacional de Emergências e Proteção Civil - ANEPC

SEPNA

Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP

EMFA - Estado Maior da Força Aérea

Direção Geral do Território

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações

Turismo de Portugal, IP

Autoridade Nacional de Aviação Civil - ANAC

RNOE (ONGAS de âmbito Nacional e da área de influência do projeto)